



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação**

**PROCESSO Nº 028888-20**

**RELAÇÃO DE QUANTITATIVO POR ITEM**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CH SEMANAL	Nº DE POSTOS DE TRABALHO	Nº DE TRABALHADORES	VALOR TRABALHADOR/MÊS	VALOR TOTAL MENSAL DO ITEM	VALOR TOTAL DOS ENCARGOS NÃO DILUÍDOS MENSALMENTE PARA O ITEM*	VALOR DAS PERNOITES POR TRABALHADOR/MÊS **	VALOR TOTAL MENSAL DAS PERNOITES (VALOR DAS DIÁRIAS X Nº DE TRABALHADOR)	VALOR TOTAL ANUAL DO ITEM
1	1	MOTORISTA VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS	44 HORAS	19	19	R\$ 5.202,16	R\$ 98.840,99	R\$ 1.267,70	R\$ 2.037,64	R\$ 38.715,23	R\$ 1.651.942,36
	2	MOTORISTA VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - COM 30% INSALUBRIDADE SAÚDE	44 HORAS	23	23	R\$ 6.336,46	R\$ 145.738,65	R\$ 1.534,59	R\$ 2.037,64	R\$ 46.865,81	R\$ 2.312.788,10
	3	MOTORISTA VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - DIURNO (12x36)	12H X 36H	1	2	R\$ 6.525,51	R\$ 13.051,03	R\$ 133,44	R\$ 1.018,82	R\$ 2.037,64	R\$ 181.197,51
	4	MOTORISTA VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS - NOTURNO (12x36)	12H X 36H	1	2	R\$ 8.116,33	R\$ 16.232,65	R\$ 133,44	R\$ 611,29	R\$ 1.222,59	R\$ 209.596,31
	5	MOTORISTA VANS, KOMBI, SPRINTER, MASTER, SIMILARES	44 HORAS	10	10	R\$ 5.823,44	R\$ 58.234,37	R\$ 776,84	R\$ 1.018,82	R\$ 10.188,22	R\$ 821.847,92
	6	MOTORISTA VANS, KOMBI, SPRINTER, MASTER, SIMILARES COM 30% INSALUBRIDADE SAÚDE	44 HORAS	9	9	R\$ 7.144,13	R\$ 64.297,14	R\$ 699,16	R\$ 1.018,82	R\$ 9.169,40	R\$ 882.297,62
	7	MOTORISTA VANS, KOMBI, SPRINTER, MASTER, SIMILARES - DIURNO (12x36)	12H X 36H	2	4	R\$ 7.364,24	R\$ 29.456,97	R\$ 310,74	R\$ 1.018,82	R\$ 4.075,29	R\$ 402.697,79
	8	MOTORISTA VANS, KOMBI, SPRINTER, MASTER, SIMILARES - NOTURNO (12x36)	12H X 36H	1	2	R\$ 9.216,45	R\$ 18.432,90	R\$ 155,37	R\$ 611,29	R\$ 1.222,59	R\$ 236.021,18
	9	MOTORISTA DE ÔNIBUS	44 HORAS	3	3	R\$ 7.255,99	R\$ 21.767,98	R\$ 308,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 261.524,67
	10	MOTORISTA DE ÔNIBUS - COM 30% INSALUBRIDADE SAÚDE	44 HORAS	1	1	R\$ 9.006,45	R\$ 9.006,45	R\$ 102,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 108.180,37
	11	OPERADOR DE MÁQUINAS AUTOMOTORAS (OPERADOR DE MÁQUINAS II)	44 HORAS	32	32	R\$ 5.813,85	R\$ 186.043,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.232.519,05
	12	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE ATÉ 8.000 KG DE CARGA	44 HORAS	2	2	R\$ 6.008,93	R\$ 12.017,85	R\$ 161,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 144.376,15
	13	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM CAPACIDADE ACIMA 8.000 KG DE CARGA ATÉ 15.000KG	44 HORAS	18	18	R\$ 6.711,82	R\$ 120.812,80	R\$ 1.680,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.451.434,16
	14	MOTORISTA CAMINHÃO DESENTUPIDORA (TOCO E TRUCK) + INSALUBRIDADE 30%	44 HORAS	2	2	R\$ 8.299,40	R\$ 16.598,79	R\$ 186,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 199.372,24
	15	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM CAPACIDADE ACIMA 8.000 KG DE CARGA ATÉ 15.000KG - DIURNO (12x36)	12H X 36H	2	4	R\$ 8.563,56	R\$ 34.254,25	R\$ 373,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 411.424,42
	16	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM CAPACIDADE ACIMA 8.000 KG DE CARGA ATÉ 15.000KG - NOTURNO (12x36)	12H X 36H	2	4	R\$ 10.789,55	R\$ 43.158,18	R\$ 373,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 518.271,63
	17	MOTORISTA - SOCORRISTA, AMBULÂNCIA + INSALUBRIDADE 30%	44 HORAS	7	7	R\$ 8.305,96	R\$ 58.141,72	R\$ 653,54	R\$ 611,29	R\$ 4.279,05	R\$ 749.702,78
	18	MOTORISTA - SOCORRISTA, AMBULÂNCIA - DIURNO (12x36) + INSALUBRIDADE 30%	12H X 36H	6	12	R\$ 10.713,27	R\$ 128.559,30	R\$ 1.120,36	R\$ 611,29	R\$ 7.335,52	R\$ 1.631.858,15
	19	MOTORISTA - SOCORRISTA, AMBULÂNCIA - NOTURNO (12x36) + INSALUBRIDADE 30%	12H X 36H	6	12	R\$ 14.250,19	R\$ 171.002,33	R\$ 1.120,36	R\$ 611,29	R\$ 7.335,52	R\$ 2.141.174,51
	19	SUPERVISOR	44 HORAS	2	2	R\$ 4.867,07	R\$ 9.734,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 116.809,74
TOTAL DE TRABALHADORES PARA O CONTRATO					170						
TOTAL GERAL NO MÊS							R\$ 1.255.381,75	R\$ 11.093,44	R\$ 11.207,04	R\$ 132.446,85	R\$ 16.665.036,66
VALOR CONSIDERANDO UM PERÍODO DE 12 MESES							R\$ 16.665.036,66				

Secretaria Municipal de Obras , Serviços Urbanos e Habitação (SEMOBH)  
Rodovia - ES 162, KM 20, Presidente Kennedy-ES, CEP 29350-000  
Parque de Exposições Afonso Costalunga  
Telefax: (28) 3535-1350/1393



***PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY***  
***ESTADO DO ESPÍRITO SANTO***  
**Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação**

**Observações:**

1. Os valores computados nesta tabela são baseados na composição de custos de mão de obra de acordo com padrão SINAPI e orientações do tribunal de contas da união.
2. O Anexo I deste termos de referência apresenta observações esclarecimentos relacionados a composição de custo e planilha orçamentária
3. O Anexo II deste termos de referência apresenta o memorial dos cálculos e porcentagens aplicadas na composição dos custos.
4. O Anexo III deste termos de referência apresenta a planilha de custos estimadas por posto de trabalho e planilha de custo relacionadas aos equipamentos a serem contratados e orçamentos utilizados na composição destes custos.
5. Estas composições são apenas estimadas, desta forma, para pagamento será necessário a confecção de planilha de medição mensal, atestada pelo FISCAL DO CONTRATO com os valores **EFETIVAMENTE** utilizados em cada mês, principalmente quanto às horas extraordinárias que caso ocorram deverão seguir regras de cada Convenção Coletiva da respectiva categoria.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**

*ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

**ANEXO I – OBSERVAÇÕES E ESCLARECIMENTOS QUANTO A COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE MÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA**

As planilhas de composição de custos têm como objetivo detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos objetos (posto de trabalho), onde consta em anexo o detalhamento de cada composição e planilhas com valores zerados (arquivos editáveis) para preenchimento e entrega da mesma, no momento da habilitação, para análise realizada pela comissão de licitação:

O principal item de custo é a remuneração dos empregados que serão alocados na execução da atividade, acrescido dos encargos sociais e trabalhistas que a legislação determina. Somam-se, ainda, os custos dos benefícios mensais e diários concedidos aos trabalhadores, os custos dos insumos diversos, materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços. Tais valores foram retirados das CCT's propostas pelo Termo de Referência, item 4.5:

4.5.1. Para os cargos de Motorista – socorrista/ambulância; motorista de desentupidora; motorista de caminhão com capacidade de até 8000 kg de carga; motorista de caminhão acima de 8001 kg até 15000 kg de cargas; motoristas de veículos leves e utilitários; motorista de vans, sprinter, Kombi, etc. e motorista de ônibus obedecerão ao disposto na convenção coletiva de trabalho 2020/2022 com Registro nº ES000455/2020.

4.5.2. Para os cargos de Operador de Máquina (operador de máquina II) obedecerá ao disposto na convenção coletiva de trabalho 2018/2020 com Registro no MTE nº ES000440/2018.

4.5.3. Para os cargos de Supervisor obedecerá ao disposto na convenção coletiva de trabalho 2021/2021 com Registro no MTE ES000032/2021.

Determinados componentes de custos formadores do preço têm seus valores definidos por lei ou instrumento normativo, de modo que, a rigor, NÃO variam de empresa para empresa (a exemplo do percentual de FGTS). Por outro lado, alguns componentes de custos não permitem a definição do valor exato a ser considerado, pois variam conforme a estratégia negocial e a realidade de cada empresa, exemplo, regime tributário adotado pela mesma.

No primeiro caso, quando da elaboração de sua proposta, cabe à empresa adotar, em sua planilha de custos e formação de preços, o exato valor determinado pelo respectivo instrumento (lei, sentença normativa, convenção coletiva, entre outros).

Para os componentes de custos cujos valores não são fixos, cada empresa terá liberdade para defini-los, conforme sua estratégia negocial, nesse caso a empresa deverá apresentar seu memorial de cálculo justificando os percentuais/ valores praticados, para análise.

Na formação da planilha de custos e formação de preços, devem ser indicados os valores de todos os componentes de custo, de modo que o preço cotado viabilize a execução do contrato, é importante ressaltar que o item “Previsão de Horas Extras – 30 H” não pode ser zerado pela licitante em nenhum momento, bem como Insalubridade e/ou Periculosidade, pois a alteração



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**

*ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

compromete a execução do contrato, visto que em todo processo licitatório demonstrou-se claramente que a planilha da administração previa tal item.. As previsões respeitaram o Termo de Referência e as CCT's da categoria.

Estas composições são apenas estimadas, desta forma, para pagamento será necessário a confecção de planilha de medição mensal, atestada pelo FISCAL DO CONTRATO com os valores EFETIVAMENTE utilizados em cada mês, principalmente quanto às horas extraordinárias que caso ocorram deverão seguir regras de cada Convenção Coletiva da respectiva categoria.

### **ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO E DE CÁLCULOS DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE MÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA**

#### **1. INTRODUÇÃO**

A planilha de composição de custos referente a contratação de mão de obra mensalista foi elaborada conforme a terceira publicação do Manual de Metodologias e Conceitos do SINAPI. O SINAPI apresenta as metodologias e conceitos gerais utilizados para a construção das suas referências técnicas, bem como detalha aspectos relacionados aos Custos Horários de Equipamentos, Encargos Sociais e Encargos Sociais Complementares.

O conteúdo do manual SINAPI está disponível exclusivamente na internet, sempre em sua versão mais atual em [www.caixa.gov.br/sinapi](http://www.caixa.gov.br/sinapi).

#### **2. ENCARGOS SOCIAIS**

Encargos Sociais são os custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários (insumos de mão de obra assalariada) e têm sua origem na CLT, na Constituição Federal de 1988, em leis específicas e nas convenções coletivas de trabalho. Os percentuais para os encargos sociais utilizadas nesta composição de custos tiveram como base o detalhamento de percentuais do SINAPI, considerando a mão de obra mensalista.

Os encargos sociais adotados no SINAPI não consideram acréscimos de custos devidos ao trabalho noturno, cabendo ao orçamentista realizar os ajustes aplicáveis. Nestes casos o deve se considerar as disposições do Artigo 73 do Decreto Lei 5.452/43 (Consolidação das Leis de Trabalho), o qual determina que a hora noturna seja computada pelo tempo de 52 minutos e 30 segundos e tenha remuneração superior ao trabalho diurno em pelo menos 20%. Considerando essas disposições legais, deve ser adotado um coeficiente de utilização da mão de obra noturna majorado em 37,15%, referente à ponderação da hora de 52 minutos e 30 segundos (ou seja, acréscimo de 14,29% em relação à hora diurna), bem como o acréscimo de 20% sobre a remuneração.

Nas composições do SINAPI também não são previstos adicionais de periculosidade ou insalubridade, que devem ser avaliados pelo orçamentista e adicionado à referência, se for o caso. Portanto para os itens não contemplados na tabela SINAPI o orçamentista da Secretaria Municipal de Obras de Presidente Kennedy incluiu os percentuais de acordo com a legislação prevista.

#### **2.1 MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS PERCENTUAIS ADOTADO**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**

*ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

O modelo utilizado para apropriação dos Encargos Sociais no SINAPI é amplamente descrito na literatura especializada e agrega em seis grupos distintos os elementos que definem a alíquota final incidente:

6. **Grupo A** – Encargos Sociais Básicos, derivados de legislação específica ou de convenção coletiva de trabalho, que concedem benefícios aos empregados, como Previdência Social, Seguro Contra Acidente de Trabalho, Salário Educação e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; ou que instituem fonte fiscal de recolhimento para instituições de caráter público, tais como INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE;
7. **Grupo B** – Encargos Sociais que recebem incidência do Grupo A e caracterizam-se por custos advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente, tais como 13º salário;
8. **Grupo C** – Encargos Sociais que não recebem incidência do Grupo A, os quais são predominantemente indenizatórios e devidos na ocasião da demissão do trabalhador, como aviso prévio, férias (quando vencidas) e outras indenizações;
9. **Grupo D** – Reincidências de um grupo sobre outro.
10. **Grupo E** – Encargos do Grupo A sobre salário maternidade.
11. **Grupo F** – Encargos complementares não especificados anteriormente

### **2.1.1 DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Os adicionais de insalubridade foram previstos de acordo com especificado em convenção coletiva. Conforme proposto no Termo de Referência:

**9.3. Com vistas das condições de insalubridade ou periculosidade, estas estarão dispostas na Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2020 com Registro no MTE nº ES000440/2018, Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2022 com Registro no MTE nº ES000455/2020 e Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021 com Registro no MTE nº ES000032/2021, abrangendo a caracterização do cargo.**

### **2.1.2 DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

Os critérios para cálculos das horas extras foram convencionados pelo Termo de Referência, item 9.4, obedecendo os parâmetros exigidos pela CCT de cada categoria.

### **2.1.3 DA JORNADA DE TRABALHO E DAS HORAS NOTURNAS**

De acordo com a convenção coletiva, os trabalhadores terão jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nos termos da legislação vigente, podendo essas horas serem distribuídas conforme a necessidade diária, em comum acordo com o sindicato e discriminadas nos contratos de trabalho.

Quanto as horas noturnas, inicialmente, é necessário esclarecer que de acordo com o disposto na Súmula nº 60, II, do TST, é devido o pagamento de adicional noturno sobre as horas diurnas prorrogadas, contemplando as horas trabalhadas após as 5h00. Isso quer dizer que na jornada



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

de 12x36 com início às 19 horas e término às 7 horas, o adicional noturno será computado entre o horário das 22 horas e 7 horas do dia seguinte, perfazendo o total de 9 horas.

O artigo 73 da CLT diz que a hora do trabalho noturno será computada como se fossem 52 minutos e 30 segundos, ou seja, a cada 52 minutos e 30 segundos trabalhados contar-se-á como uma hora completa trabalhada. Como se vê, a hora noturna é reduzida e devemos utilizar o multiplicador (1,1428), conforme explicado a seguir.

Período noturno: das 22h às 7h

Total trabalhado à noite sem intervalo de uma hora = 9 horas

Total de horas noturnas reduzidas sem intervalo (x 1,1428) = 10,2852

Total de horas noturnas no mês sem intervalo (x 15 dias) = 154,27

**2.1.4 GRUPO A – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**

Os Encargos Sociais que compõe o Grupo A têm origem legal e incidem sobre os salários mensais.

GRUPO A – ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	
A.1 INSS (Art. 22 da Lei 8.212/91)	20,000%
A.2 FGTS (Art. 27 do Decreto 99.684/90)	8,000%
A.3 SESI/SESC (Lei 8.029/90 e Lei 8.036/90)	1,500%
A.4 SENAI/SENAC (Lei 8.029/90 e Decreto-Lei 6.246/44)	1,000%
A.5 SEBRAE (Lei 8.029/90 e Lei 8.154/90)	0,600%
A.6 INCRA (Lei 7.787/89 e Decreto 1.146/70)	0,200%
A.7 SALÁRIO EDUCAÇÃO (Decreto 87.043/82)	2,500%
A.8 SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO (Lei 8.8212/91 e Decreto 3.048/99) – RAT X FAP	3,000%
<b>TOTAL - GRUPO A (%)</b>	<b>36,800%</b>

**2.1.5 GRUPO**

**ENCARGOS**

**RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A**

**B**

**SOCIAIS QUE**

Neste grupo, foram desconsiderados os custos decorrentes do Repouso Semanal Remunerado, dos Feriados, pois estão incluídos na remuneração mensal.

Para o cálculo do percentual de cada encargo em relação ao salário mensal, tanto do Grupo B quanto do Grupo C, é considerado o número anual de dias impactados por item, obtido no cálculo para a mão de obra horista, dividindo-se por 360 dias (30 dias x 12 meses).

GRUPO B – ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM A INCIDÊNCIA DO GRUPO A	
B.1 13º Salário (Art.7, VIII, CF/88)	8,330%
B.2 Férias (Incluindo 1/3) - (Art.7, XVII, CF/88)	6,510%
B.3 Auxílio Enfermidade	0,710%
B.4 Licença Paternidade	0,060%
B.5 Faltas Justificadas	0,560%
B.6 Auxílio Acidente de Trabalho	0,090%
B.7 Salário Maternidade	0,540%
<b>TOTAL - GRUPO B</b>	<b>16,800%</b>

**13º Salário**

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação (SEMOBH)

Rodovia - ES 162, KM 20, Presidente Kennedy-ES, CEP 29350-000

Parque de Exposições Afonso Costalonga

Telefax: (28) 3535-1350/1393



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**

*ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*

**Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação**

Representa o valor acrescido correspondente ao décimo terceiro salário. Remunera-se ao trabalhador o equivalente a trinta dias para cada ano inteiro de efetivo trabalho conforme Art.7, VIII, CF/88. Portanto o cálculo de referência é:  **$30 \div 360 = 8,33 \%$**

### **Férias (Incluindo 1/3)**

Conforme disposto no art. 129 da Consolidação das Leis do Trabalho:

*“Art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração. ”*

Conforme disposto no inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal:

*“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)*

*XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;”*

Provisionamento mensal: 11,11% que corresponde a  $1 + 1/3 \div 12 = 11,11\%$ .

### **Auxílio Enfermidade**

Esse auxílio, previsto na Lei 8.213/1991, é concedido pela Previdência Social ao trabalhador que, por motivo de doença, ficar afastado de suas atividades por período superior a 15 dias consecutivos, restando o encargo por afastamentos com duração de até quinze dias, a ser pago pelo empregador. De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2016, o percentual geral de contribuintes que receberam o benefício **foi de 3,76%**.

É preciso destacar que, toda vez que o benefício previdenciário é concedido a um trabalhador, seu respectivo empregador já arcou com 15 dias de ausência ao trabalho. Contudo, é comum a ausência ao trabalho por motivo de doença por período inferior aos 15 dias, dados que não entram no cômputo da estatística citada. Estas ausências de curto prazo foram estimadas em 2 dias anuais por empregado.

Portanto, para efeito de cálculo, é considerada a parcela detectável pelas estatísticas oficiais (3,76% x 15 dias) acrescida de 2 dias de ausência por motivo de doença ao ano, assim calculado:  **$15 \text{ dias} \times 0,0376 + 2 = 2,56 \text{ dias} \div 360 = 0,71 \%$** .

### **Licença Paternidade**

É adotado o número de horas correspondentes aos dias de licença paternidade por ano. Neste cálculo, foi considerado a incidência de indivíduos do sexo masculino (no setor com mais incidência do sexo masculino) (89,97%), a proporção desses trabalhadores na faixa dos 18 aos 49 anos (74,61%), e a probabilidade de um trabalhador nessas condições requerer a Licença Paternidade (5,96%) – dados obtidos no Anuário RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego) de 2017 e em publicação de estudo de Projeções de População do IBGE.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**

*ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

Aos trabalhadores que solicitarem a Licença Paternidade cabem cinco dias de afastamento, fixados conforme Artigo 10º, inciso II, parágrafo 1º das Disposições Transitórias da Nova Constituição. Portanto: **(5 dias x 89,97% x 74,61% x 5,96%) ÷ 360 = 0,06 %**

### **Faltas Justificadas**

Conforme Artigo 473 da CLT, é permitido ao empregado se ausentar do trabalho, sem perda de remuneração, nos casos de morte de cônjuge, casamento, doação de sangue, serviço militar e alistamento eleitoral. Adota-se aqui a média de 2 (dois) dias/ano. **2 dias ÷ 360 = 0,56%**

### **Auxílio-Acidente de Trabalho**

Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2016, 2,05% dos contribuintes da previdência, foram beneficiados com a emissão de auxílio-acidente de trabalho. Assim como no caso de ausência do empregado por enfermidade, em casos de acidentes de trabalho o empregador também arca com os custos dos primeiros quinze dias de interrupção de atividades, gerando o seguinte encargo: **2,05 % x 15 dias = 0,31 dias ÷ 360 = 0,09 %**

### **Férias sobre licença maternidade**

Às trabalhadoras seguradas pela Previdência Social é devido o pagamento de salário por um período de 120 dias. Tal benefício é pago pela própria Previdência, restando ao empregador arcar com os custos referentes ao 13º salário, férias e proporcional de férias relativas ao período de afastamento.

Para o calculo de Impacto de férias sobre a licença maternidade.

$$(0,1111 \times 0,333 \times 0,02) \times 100 = 0,074\%$$

Estimativa de 2% (dois por cento) dos funcionários usufruindo de 4 (quatro) meses de licença por ano.

### **2.1.5 GRUPO C –ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A**

Também para esse grupo, o número de dias de cada item, é dividido por 360 (30 dias x 12 meses).

<b>GRUPO C – ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DO GRUPO A</b>		
C.1 Aviso Prévio Indenizado	8,250%	
C.2 Aviso Prévio Trabalhado	0,190%	
C.3 Férias Indenizadas + 1/3	4,340%	
C.4 Depósito por despedida injusta	7,580%	
C.5 Indenização Adicional	0,690%	
<b>TOTAL - GRUPO C</b>	<b>21,050%</b>	

**Aviso**

**Prévio**

### **Indenizado**

Existem duas modalidades de Aviso Prévio: o indenizado e o trabalhado. Pela não existência de dados oficiais acerca da proporção entre elas, adotou-se a razão de 90% dos casos como indenizados para a situação paradigma.

O pagamento de Aviso Prévio proporcional ao tempo de serviço, de no mínimo trinta dias, é um direito do trabalhador garantido pela Constituição e por disposições da CLT. A Lei 12.506/2011



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**

*ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

garante o acréscimo de três dias ao aviso prévio a cada ano de serviço prestado (além do primeiro), até um máximo de 60 dias, o que atingiria um total de 90 dias (30+60).

Devido aos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do CAGED, apresentar uma Taxa d'e Rotatividade Anual Descontada (excluem-se as transferências, aposentadorias, falecimentos e desligamentos voluntários) para o Espírito Santo de 646,24% (2018) e uma proporção de dispensados sem justa causa de 123,36 %.

$$(33 \text{ dias} \times 0,90) \div 360 = 8,25 \%$$

### **Aviso Prévio Trabalhado**

O cálculo deste encargo toma por base o custo equivalente a 7 dias de trabalho de acordo com a Lei. Levam-se em conta os 10% resultantes da adoção de 90% para Avisos Prévios Indenizados, procedendo-se ao seguinte cálculo:

$$(7 \text{ dias} \times 0,10) \div 360 = 0,19 \%$$

### **Férias Indenizadas + 1/3**

Trata-se de indenização proporcional aos 8,47 meses finais do contrato de trabalho (duração média de 20,47 meses), uma vez que o encargo gerado pelos primeiros 12 meses de contrato já foi tratado no Grupo B. O cálculo é similar ao realizado para as férias gozadas no Grupo B, alterando apenas o período de referência.

De acordo com o Artigo 146 da CLT, na cessação do contrato de trabalho, após 12 meses de serviço, o empregado, desde que não tenha sido demitido por justa causa, tem direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o Artigo 130, na proporção de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a 14 dias. Portanto, devem ser considerados 8 meses para o cálculo desta indenização.

$$( (30 \text{ dias} + 10 \text{ dias}) \times (8 \div 20,47) ) \div 360 = 4,34 \%$$

### **Depósito por Despedida Injusta**

A Constituição garante ao trabalhador o pagamento adicional de 40% de todos os depósitos realizados no FGTS durante o contrato de trabalho, quando demitido sem justa causa. A Lei Complementar 110/2001 instituiu o pagamento de 10% adicional ao encargo, arcando o empregador com o total de 50% de todos os depósitos realizados na conta do FGTS do trabalhador. Cabe ressaltar que os depósitos do FGTS também são efetuados sobre o 13º salário, o adicional de 1/3 de férias e o aviso prévio trabalhado.

São utilizados para o cálculo deste encargo, incidência de 8% do FGTS e a multa de 50%, conforme o seguinte cálculo:

$$\{ (360 \text{ dias} + 30 \text{ dias} + 10 \text{ dias}) \times (20,47 \div 12) \times 8\% \times 50\% \} \div 360 = 7,58 \%$$

### **Indenização Adicional**

De acordo com a Lei 7.238/1984 o empregado dispensado sem justa causa no período de 30 dias que antecede a data de sua correção salarial (dissídio coletivo) tem direito a indenização equivalente a um salário mensal. Por não ter sido encontrada estatística acerca dessa



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**

*ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

ocorrência, adota-se conservadoramente que 1/12 (8,33%) dos trabalhadores demitidos sejam dispensados nestas condições. Portanto, calcula-se da seguinte forma o encargo:

$$(8,33 \% \times 30 \text{ dias}) \div 360 = 0,69 \%$$

### **2.1.6 GRUPO D – REINCIDÊNCIA DOS ENCARGOS BÁSICOS**

Grupo D trata da reincidência de um encargo, ou grupo de encargos, sobre outros.

<b>GRUPO D – REINCIDÊNCIA DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</b>	
D.1 Reincidência de A sobre B	7,704%
D.2 Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado + Reincidência FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,730%
<b>TOTAL - GRUPO D</b>	<b>8,434%</b>

#### **Reincidência do Grupo A sobre o Grupo B**

Esta reincidência decorre do fato de que sobre todos os pagamentos realizados referentes aos itens do Grupo B incidem os encargos do Grupo A (origem legal). Assim:

$$36,80\% \times 20,934\% = 7,704\%$$

#### **Reincidência sobre Aviso Prévio**

Por sua vez, sobre o Aviso Prévio Indenizado deve incidir o depósito do FGTS, e sobre o Aviso Prévio Trabalhado incidem os encargos do Grupo A, da seguinte forma:

$$(8,25\% \times 8\%) + (0,19\% \times 36,8\%) = 0,73\%$$

### **2.1.7 GRUPO E – ENCARGOS DO GRUPO SOBRE SALÁRIO MATERNIDADE**

(Encargos Grupo A) x (Salário + 13º/12) x 4/12 x 2%, em que:

Encargos do Grupo A = 0,36800;

Salário + 13º = 13 salários;

12 = número de meses em um ano;

4/12 = período de 4 meses de licença em um ano;

2% = Estimativa de que 2% dos funcionários usufruirão da licença maternidade de 4 meses em um ano.

$$0,36800 \times (13/12) \times (4/12) \times (2/100) = 0,266\%$$

### **2.1.8 GRUPO F – ENCARGOS COMPLEMENTARES**

Os Encargos Complementares são custos associados à mão de obra como alimentação, transporte, seguros de vida, cuja obrigação de pagamento decorre das convenções coletivas de trabalho e de normas que regulamentam a prática profissional. Os valores decorrentes dessas obrigações não variam proporcionalmente aos salários. Para esta composição de custos foram consideradas as informações constantes no Termo de Referência, item **4.5. DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO:**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**

*ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*

**Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação**

4.5.1. Para os cargos de Motorista – socorrista/ambulância; motorista de desentupidora; motorista de caminhão com capacidade de até 8000 kg de carga; motorista de caminhão acima de 8001 kg até 15000 kg de cargas; motoristas de veículos leves e utilitários; motorista de vans, sprinter, Kombi, etc. e motorista de ônibus obedecerão ao disposto na convenção coletiva de trabalho 2020/2022 com Registro nº ES000455/2020.

4.5.2. Para os cargos de Operador de Máquina (operador de máquina II) obedecerá ao disposto na convenção coletiva de trabalho 2018/2020 com Registro no MTE nº ES000440/2018.

4.5.3. Para os cargos de Supervisor obedecerá ao disposto na convenção coletiva de trabalho 2021/2021 com Registro no MTE ES000032/2021

### **Ticket Alimentação**

As empresas concederão aos seus empregados ticket alimentação/refeição de acordo com a convenção coletiva de trabalho citada anteriormente. Seguindo inclusive os parâmetros exigidos pelas mesmas.

### **Auxílio Transporte**

No caso do município de Presidente Kennedy o transporte municipal se dá de forma gratuita a população, por meio do Transkennedy.

### **Plano de Assistência Médica/ Plano Odontológico**

Para o plano de Assistência Médica foi adotado parâmetros conforme o que estabelece o Sindicato da categoria.

#### **2.1.9 IV - INSUMOS**

Os Insumos são custos associados à mão de obra a fim de garantir o desenvolvimento das atividades conforme necessidade do município, como insumos temos: equipamentos de proteção individual, exames médicos ocupacionais previstos.

Nos casos dos insumos que não possuem consumo mensal do trabalhador foi realizado o valor referencial mensal correspondente a 12 meses de contrato. Os cálculos e proporções estão especificadas nas abas das planilhas conforme nomenclatura que recebe a inicial “ORÇ”. Os mesmos estão referenciados na planilha de composição de custos fazendo correlação a aba de orçamento específica.

### **Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Uniformes**

Para os EPI's foi utilizado cotação em sites distintos, fazendo uma média de preços somente para previsão de custo. Caberá a empresa informar seus custos conforme possibilidade de aquisição. É importante ressaltar que os mesmos devem atender ao Termo de Referência (utilizado para essa composição).

### **Exames Médicos**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**

*ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

Para os exames médicos obrigatórios de acordo com a NR 7, foi utilizado dimensionamento geral de exames médicos realizados por função, como estimativa. A cotação destes exames foi recebida de fornecedores da região.

### **Treinamentos e Palestras**

Considerando o Ofício 01447/2020-5 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo dando ciência quanto ao Acórdão 01341/2019-2, quanto a determinação disposta no item 11.1, em que determina que a Administração Pública Municipal abstenha-se de incluir os itens “Treinamentos/ Capacitação e Reserva Técnica” em editais futuros de contratação de empresa especializada em fornecimento de mão de obra especializada, a fim de que os custos da contratação sejam corretamente dimensionados pelo poder público, como exposto no item 2.2 da ITC, não foram incluídos valores referente a Treinamentos.

### **2.1.10 V – LUCRO E DESPESAS INDIRETAS**

É a parcela destinada à remuneração da empresa pelo desenvolvimento de sua atividade econômica. Em conjunto com as Despesas Indiretas formam o BDI (Bonificação e Despesas Indiretas, também chamado de LDI - Lucro e Despesas Indiretas).

<b>GRUPO G - LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)</b>	
Despesas Administrativas/Operacionais	5,00%
Lucro	10,00%
<b>TOTAL – DESPESAS ADMINISTRATIVAS/OPERACIONAIS + LUCRO</b>	<b>15,000%</b>

Foi considerado como referencial de preço para determinação das Despesas Administrativas/Operacionais e Lucro o Acórdão 2.369/2011-TCU Plenário.

### **2.1.11 VI – TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO**

O Imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fator gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar 116/2003, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

**A alíquota máxima de incidência do ISS foi fixada em 5% pelo art. 8º, II, da Lei Complementar 116/2003.**

Juntamente a COFINS, também é cobrado o PIS (Programas de Integração Social). Por isso, normalmente os dois impostos são mencionados como PIS/COFINS – como se fossem um tributo só. Mas mesmo recaído sobre a mesma base de cálculo, se tratam de duas alíquotas diferentes, que apenas são somadas no momento do recolhimento e pagas ao mesmo tempo. Enquanto a COFINS é destinada a seguridade social, o PIS financia programas de integração social do empregado. **A alíquota da COFINS cumulativa é de 3% – além dos 0,65% do PIS.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação

GRUPO F – TRIBUTAÇÃO SOBRE O FATURAMENTO	
ISSQN ou ISS	5,00%
COFINS	3,00%
PIS	0,65%
<b>TOTAL – TRIBUTAÇÃO</b>	<b>8,650%</b>
Considerando que o fator é aplicado sobre os custos (diretos e indiretos) acrescidos da remuneração da empresa, deve o mesmo ser calculado de forma que represente uma alíquota que aplicada sobre estes, seja equivalente a 8,65% sobre o valor da venda (ou valor da fatura). Tal cálculo se obtém conforme fórmula: $FATOR = 1/1-0,0865 = 1/0,9135 = 1,0947$	

**2.1.12 PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO DIA DO MOTORISTA – CLÁUSULA 7ª CCT 2020/2022 E PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO PERNOITES – CLÁUSULA 16ª CCT 2020/2022**

Na formação da planilha de composição de custo, foram previstos o pagamento para o dia do motorista, conforme Cláusula Sétima da CCT 2020/2022 e pernoite, conforme Cláusula Décima Sexta da CCT 2020/2022 esses valores não foi diluídos mensalmente como os demais encargos e insumos por conta da particularidade na concessão dos mesmos conforme consta em Convenção Coletiva 2020/2022 ES000455/2020, portanto caberá ao fiscal verificar se os valores estimados foram necessários e repassados para os funcionários, para a partir de então repassar os valores para a empresa. O valor do mesmo não deverá ser alterado, exceto as linhas referentes a tributação, onde a empresa preencherá conforme regime tributário adotado por ela e os percentuais de Luro e Despesas administrativas que serão preenchidos conforme margens adotada pela empresa.

O quantitativo e valores de diárias foram calculados e inseridos na composição conforme ANEXO I – QUADRO COM DETALHAMENTO DE DIÁRIAS do TR e para cálculo da tributação foi utilizado os percentuais utilizados na composição da mão de obra, caberá ao fiscal a conferência dos percentuais praticados pela empresa para ajuste.

Considerando que os itens fazem parte da composição de custo, sendo uma previsão constante em convenção coletiva, os mesmos percentuais que incidem sobre os insumos constantes na composição incidirão sobre esse item também (impostos, lucros e despesas administrativas).

**ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADOS POR PROFISSIONAL**